



ESTÁGIO NA EJA EM ESCOLA DA REDE PÚBLICA DENTRO DE UMA UNIDADE PRISIONAL EM PERNAMBUCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Thiago César Melo da Silva¹
Priscilla Ximenes da Silva Bernardino²
Luiz Carlos Carvalho Siqueira³

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um relato de estágio em Prática e Pesquisa Pedagógica (PPP8), componente curricular do oitavo semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e foi realizado em uma escola pública estadual, situada numa Unidade Prisional da Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco (SERES), que integra a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do estado.

A instituição de ensino escolhida possui atualmente cerca de 220 alunas em situação de privação de liberdade, ocupando cinco salas de aula, nos turnos da manhã, tarde e noite. São 16 professoras e professores e uma equipe gestora e administrativa formada por seis profissionais, atendendo às etapas e modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental (Fases I, II, III e IV) e do Ensino Médio (módulos 1º, 2º e 3º).

A prática teve como objetivo promover a realização de momentos formativos que estimulassem um ambiente escolar seguro e inclusivo, no qual os profissionais se sintam valorizados e respeitados, por meio da construção de relacionamentos positivos como premissas de uma gestão democrática. Vale ressaltar que o planejamento das atividades de intervenção teve como incentivo o exercício da comunicação aberta e da resolução pacífica de conflitos, além da manutenção de cultura e clima organizacionais favoráveis para a felicidade e o bem estar de todos os que compõem a equipe.

O estágio foi dividido nas seguintes etapas: apresentação da proposta e formalização com a gestão escolar; entrevistas com membros da gestão e do corpo docente; formulação do

¹ Autor principal: Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - PE, thiago.cesarmelo@ufpe.br;

² Coautora: Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - PE, priscilla.bernardino@ufpe.br;

³ Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal – PE, luiz.carvalhosiqueira@ufpe.br.

escopo do planejamento de estágio e, por último, três intervenções com atividades de cunho formativo para equipe gestora e de professores, seguido, por último, da avaliação do estágio.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Inicialmente foram realizadas entrevistas de forma qualitativa e dialógicas com membros da gestão escolar e da equipe docente. A realização das entrevistas revelou um diagnóstico cuja necessidade principal advinda dos gestores e dos professores foi a de realização de formação continuada na escola, sobretudo, atendendo às necessidades específicas desse contexto escolar, no qual exige uma relação direta com as pessoas em situação de privação de liberdade.

A partir desse entendimento, foram realizados três momentos formativos na escola. O primeiro contou a participação de um especialista na área de Gestão Escolar e Educacional. Conforme planejamento das intervenções do estágio, o convidado levou reflexões referentes às concepções de organização e gestão escolar, definidas por questões estruturais, políticas e sociais, além de debater a escola como espaço de educação formal, do compromisso com o ensino e a aprendizagem, com as práticas pedagógicas e curriculares, e sobre o entendimento do Projeto Político Pedagógico da Escola que, traz consigo, o objetivo de democratizar a gestão escolar mediante o fortalecimento da participação de todos os segmentos nas decisões da escola, com vistas à garantia de uma educação pública, no espaço prisional, com qualidade social.

A ação formativa seguinte foi regida por uma Psicóloga Escolar e Clínica e Psicopedagoga, especialista em conflitos e abordagem psicoterapêutica em Gestalt. A convidada promoveu uma dinâmica de grupo abordando conceitos sobre o mundo contemporâneo e o sujeito de subjetividades, destacando a complexidade humana que necessita incorporar estratégias de aprendizagens mais flexíveis e abrangentes, por meio do desenvolvimento de competências socioemocionais. Com isso, a profissional fez com que os participantes refletissem sobre a importância de lidar adequadamente com as emoções, pois, no ambiente escolar, é pertinente vivenciar a alteridade e a empatia para manter as relações sociais positivas e tomar decisões de maneira responsável.

Depois de ter discutido sobre habilidades socioemocionais e na necessidade das boas relações interpessoais, o último encontro formativo abordou a questão da felicidade e do bem estar no ambiente escolar. Desta vez, o convidado, um Professor Doutor em Educação,



levantou pontos sobre a Psicologia Positiva como uma ciência consolidada. Dela, faz parte a felicidade, não vista mais como apenas um sentimento, mas como um indicador de autoconhecimento e de inteligência emocional que demonstram a eficácia de suas intervenções em prol da saúde e do bem-estar individual e coletivo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferecida pelo Estado Brasileiro no cenário educacional do sistema prisional está prevista na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). A assistência educacional é um direito, sendo dever do Estado de oferecer condições para o acesso à educação nas prisões. Contudo, pessoas privadas de liberdade, frequentemente carecem de acesso à educação formal, treinamento vocacional e outras oportunidades educacionais, entretanto é essencial pontuar que “todos os membros da sociedade tenham iguais condições de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento” (CURY, 2007, p. 486).

Nessa conjuntura é importante mencionar como as principais questões que podem afetar a educação no sistema prisional: os recursos limitados, visto que as prisões brasileiras historicamente sofrem com a superlotação, o subfinanciamento e as instalações inadequadas. Essas circunstâncias dificultavam o fornecimento de programas e materiais educacionais adequados para os internos. Existe, ainda, a situação de segurança que, segundo Penna (2006, p. 33 apud AMORIM; MENEZES, 2022, P. 95), segue “à lógica carcerária” disciplinar da obediência, que em muitas prisões brasileiras se apresentam como desafios significativos para a implementação de programas educacionais eficazes.

Outro aspecto que contribui para o panorama da educação prisional é a ausência de educadores qualificados e de pessoal com experiência em lidar com as necessidades educacionais dos reclusos, afetando a qualidade e a disponibilidade dos programas educacionais. Existe, também, a presença do estigma social em torno dos indivíduos encarcerados, o que leva à falta de apoio público e político para melhorar as oportunidades educacionais dentro do sistema prisional, mas, como salienta Andreatta, Ferreira e Silva (2019, p. 64), a existência de “políticas de inserção do preso no sistema educacional colaboram para a sua formação cidadã e a convivência igualitária”.

Ao tratar de felicidade e bem-estar neste ambiente, refere-se à psicologia positiva, como a ciência que humaniza e fortalece as conexões sociais; que acolhe, escuta, quebra

paradigmas, supera preconceitos e dar propósitos. Sendo assim, a importância de deleitar-se na comunicação não-violenta, baseada “em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas” (ROSENBERG, 2006, p.21).

As habilidades socioemocionais precisam ser cotidianamente estimuladas no ambiente escolar, sobretudo no contexto do sistema prisional, visto que elas colaboram a reformular a maneira pela qual as pessoas se expressam e ouvem os outros, principalmente ao dar uma atenção respeitosa e empática, neste caso, às discentes em situação de privação de liberdade. É preciso abster-se da comunicação alienante de vida, que afasta o indivíduo do seu estado natural de compaixão ao tratar com formas específicas de linguagem e comunicação que contribuem para o comportamento violento em relação aos outros e a si mesmo. Como diz Rosenberg (2006, p.37), “certas formas de comunicação nos alienam de nosso espaço compassivo natural”.

É relevante mencionar, também, que essa experiência educacional considera a cultura organizacional escolar da instituição no que se referem aos valores, crenças, normas, tradições, práticas, símbolos e comportamentos compartilhados, uma vez que essa identidade coletiva molda a maneira como a escola funciona e como a comunidade escolar interage nas tomadas das decisões. Por isso, ao examinar o funcionamento da gestão democrática da instituição, foi preciso debater sobre a reciprocidade entre a gestão democrática e o projeto político-pedagógico, visto que, de acordo com GARCIA (2001, p. 269), “a realização do projeto político-pedagógico exige necessariamente a democratização efetiva da sua gestão na escola, não se pode, pois, conceber a legitimidade de um projeto político-pedagógico, associando-o a uma gestão autoritária e antidemocrática, constituída por mecanismos de cooptação ou de coerção, que se configuram dentro de um modelo centralizador de organização da escola e do próprio sistema educacional na qual se insere”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebeu-se que as intervenções propostas neste projeto de estágio atingiram seus objetivos, sobretudo em relação às equipes gestora e docente, promovendo um investimento afetivo, a partir de momentos formativos com profissionais convidados das áreas de educação e psicologia, para o fomento de uma consciência maior sobre gestão democrática, identidade escolar, cultura e clima organizacionais e felicidade e bem estar dentro do ambiente escolar



numa unidade prisional, evitando-se desgastes de cunho emocional, ao construir coletivamente um espaço escolar mais digno e humanizado, em prol do resgate da cidadania das pessoas privadas de liberdade.

Além da expectativa de estágio alcançada, também foi permitido ampliar a discussão dessa experiência, estimulando e oportunizando a socialização e tal vivência com outros formandos, como forma de quebrar paradigmas e preconceitos, além de aproximar as práticas pedagógicas discutidas no espaço acadêmico à Educação de Jovens e Adultos dentro do sistema carcerário, ou seja, incentivar a EJA Prisional como objeto de pesquisa, seja para discentes, docentes ou gestores, no andamento do curso de formação inicial em docência, ou seja, na Licenciatura em Pedagogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EJA representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela (BRASIL, 2000). Visto isso, tal prática de estágio agregou positivamente na formação inicial dos discentes, uma vez que atuar dentro de um ambiente escolar inserido no contexto prisional é um desafio ainda maior para um educador, tanto pelas limitações impostas pelo sistema de ressocialização, quanto pelas diversidades encontradas nesse ambiente escolar.

Alinhar uma gestão democrática com os objetivos pessoais e profissionais da equipe pedagógica impacta em um ambiente escolar amistoso, feliz e humanizado, no qual se reflete na sala de aula, com o engajamento dos professores e das alunas que, para além de aprender os conteúdos propostos pelos componentes curriculares, precisam de uma atenção socioemocional ainda maior. Saindo da caixa do pedagógico, gestores e educadores que atuam dentro de uma unidade prisional precisam estar preparados para servir a empatia e a alteridade enquanto agentes de acolhimento e que acreditam/persistem na mudança do outro através da educação.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Sistema prisional, Habilidades socioemocionais, Gestão democrática, Cultura organizacional escolar.

REFERÊNCIAS

AMORIM , Yara Patricia de; MENEZES, Aurelania Maria de Carvalho. **A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: O Olhar do Professor sobre os Alunos Detentos e as Expectativas quanto ao Estudo e Vida Pós Prisão.** Id on Line Rev. Psic. V.16, N. 64, p. 91-103, Dezembro/2022.

ANDREATA, Cidimar; FERREIRA, Sinara Castro; SILVA, Crislane Souza Pereira da. **Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional: um estudo de caso no Centro de Detenção e Ressocialização de Linhares-ES.** Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, n. 7, dez. 2019.

BIANCO, Zalmora García. **Projeto político-pedagógico, autonomia e gestão democrática da escola: uma perspectiva habermasiana.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2001. Buenos Aires. V1, p. 267 – 294. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D2694.dir/11garcia.pdf>> . Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Dispõe sobre a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1984. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação.** RBPAE – v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais I** [tradução Mário Vilela] - São Paulo: Ágora, 2006.